



O CENTENÁRIO DO PCCH: DA NOVA DEMOCRACIA AO SOCIALISMO ECOLÓGICO

António dos Santos Queirós

Texto entregue em Dezembro de 2021

AS COMEMORAÇÕES CONSTITUÍRAM UM GRANDE MOMENTO de celebração e reflexão coletiva da nação chinesa, partilhado com iniciativas que decorreram praticamente em todos os países e regiões: nelas se debateram as conquistas e avanços da sua República Popular, mas também as insuficiências, dificuldades e desafios que é preciso enfrentar e vencer, no caminho de construção de um futuro comum para a Humanidade, uma nova era de cooperação e de paz, em que cada país possa escolher o seu próprio modelo de democracia e progresso. A Time chamou à República Popular da China – RPCh *hybrid model of quasi-state capitalism and semi-democratic authoritarianism*. O Senado americano, no âmbito do *National Debate Topic High Schools, 2016-2017*, consultou centenas de estudos, ouviu dezenas de especialistas, sobre a China. O resultado deste processo pode ser traduzido na síntese da professora Chunjuan Nancy Wei, da U. de Bridgeport. “A reforma bem-sucedida da China produziu um sistema que não é soviético, nem anglo-americano, nem o estado de desenvolvimento da Ásia Oriental. Possui elementos de todos os três”. E o Senado concluiu: *Government Should Substantially Increase Economic and/or Diplomatic Engagement with PRC*.

Se a RPCh representa uma nova experiência histórica da democracia e do socialismo, o quadro conceptual ocidental da hermenêutica política não é o adequado para compreender a nova democracia. O significado deste conceito, como o de “Socialismo com características chinesas”, precisa de ser estudado, a partir das suas fontes originais e à luz da história contemporânea.

A RPCh, que desconhecemos.

A China cofundadora da DUDH

Destacáramos seis momentos históricos, protagonizados pelo PCCh, que determinaram a evolução da China e mudaram o mundo. Primeiro momento histórico – A criação da Frente Única contra a agressão japonesa, que foi crucial para a derrota estratégica do Japão imperial e do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, e permitiu, aos povos de todo o mundo, escolher o seu próprio modelo de democracia, liberal ou socialista, fundando na China uma democracia de tipo novo, capaz de unir a nação chinesa e as suas 56 nacionalidades e conduzi-la para o progresso em todos os domínios.

O PCCh, e os 8 partidos e outras forças democráticas que constituíram a Frente Popular fundaram a RPCh (1949) com base num sistema político original, de eleição, representação e consulta, assente nas estruturas nacionais e multiétnicas da Assembleia Nacional Popu-

lar, ANP – o centro da governação que elege o Presidente, o Governo, as chefias militares e do sistema judicial autónomo – mas também na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Nelas estão representadas todas as entidades partidárias, associações empresariais, religiosas, académicas, militares, ambientais, étnicas, regiões autónomas e especiais...

A Constituição da RPCh reconhece o papel histórico do PCCh na guerra de libertação nacional e na construção da nova democracia e do socialismo, mas submete o seu poder ao sufrágio dos cidadãos, à partilha dos lugares de topo do estado com os partidos e entidades que integram a Frente Popular, ao “império da lei”, à consulta obrigatória da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e à decisão soberana da Assembleia Nacional Popular. Reconhece expressamente o direito à propriedade privada e os Direitos Humanos.

“

Se a RPCh representa uma nova experiência histórica da democracia e do socialismo, o quadro conceptual ocidental da hermenêutica política não é o adequado para compreender a nova democracia.

”

Segundo momento histórico – Regressemos ao contexto histórico em que foi elaborada e aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH:

A DUDH, adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948 (A/RES/217), esboçada inicialmente por J. P. Humphrey, do Canadá, teve no Dr. P.C. Chang, representante da China e das posições dos países asiáticos, o principal mediador dos consensos estabelecidos nos seus 30 artigos. O documento que consagra a DUDH, correspondia a um grande anseio de paz, independência e justiça social, comum a todos os povos e nações do mundo.

Os 30 artigos que consagram os direitos democráticos fundamentais, como o direito ao trabalho e à proteção social, à igualdade perante a lei ou de género, possuem a mesma dimensão política e estão subordinados a dois imperativos éticos que a DUDH proclama no seu preâmbulo, o imperativo da dignidade e o imperativo da paz. O Programa Comum, fundador da RPCh em 1949 e depois a Constituição, integraram todos os artigos da DUDH, dos quais merece

destaque o “Artigo “17.º:1. Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade.” Em setembro de 1947, já o Partido Comunista da China propusera aos seus aliados uma conferência agrária nacional. Nela foi aprovada a Lei Agrária de 10 de outubro, A Reforma Agrária veio permitir a 350 milhões de camponeses o usufruto da terra que durante milénios cultivaram como servos e constituir a base económica inicial da Nova Democracia, permitindo reconstruir a China devastada pela II Guerra Mundial.

As potências ocidentais não foram, nem podiam ser, as promotoras dos conteúdos políticos vertidos no Preâmbulo e nos 30 artigos da DUDH. As oligarquias da Alemanha e da Itália fascistas, e dos países que foram seus aliados na Europa, tal como o Japão imperial, tinham criado regimes capitalistas militarizados que foram os principais promotores da guerra e negavam os mais elementares direitos do homem. Mas também as democracias liberais vitoriosas, Reino Unido, França, EUA, estavam em frontal oposição com os princípios do seu Preâmbulo, os Artigos 1º e 2º e aos artigos finais 28º, 29º e 30º, que consagram o direito das nações a dispor de si próprias, à autodeterminação e independência e recusam o hegemonismo. Eram e continuaram a ser países colonialistas, lutando pela hegemonia, onde a discriminação racial estava institucionalizada e era prática das suas metrópole e colónias. Compreende-se assim, porque a DUDH foi escrita, a duas mãos, por J. P. Humphrey, do Canadá e pelo Dr. P.C. Chang, representante da Nova China.

Finalmente, a DUDH em nenhum dos seus artigos consagra o modelo de democracia liberal como o modelo ideal da democracia política. E tão pouco a questão da democracia pode ser reduzida à questão das “liberdades políticas” formais. O que o seu Artigo 21º prescreve, é o caminho para a cidadania e para a diversidade dos regimes democráticos.

Começou então uma campanha para, através da propaganda, deturpar o conteúdo político da Declaração e apagar da memória dos povos os seus artigos que proclamavam os direitos trabalhistas, a igualdade de etnia e sexo, o fim da exploração de povos e nações e a criação de uma nova ordem internacional pacífica e igualitária.

Da reforma e abertura, à Nova Rota da Seda. O socialismo ecológico

Terceiro momento histórico – Como alternativa à Guerra Fria, a RPCh definiu um caminho de paz e cooperação global, que assentou, primeiro, nos “cinco princípios da coexistência pacífica” (1954) adotados pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (1961), reunindo 115



ECOCIVILIZAÇÃO

Na década de 1980, consolidou-se na RPCh um quadro jurídico para a proteção do ambiente, no entanto, as leis foram largamente ignoradas pelas empresas estrangeiras e domésticas na sua tentativa de obter mais lucros, e as prioridades dos governos locais continuaram a ser atrair e promover o investimento e o emprego.

O desenvolvimento sustentável foi reconhecido como o conceito científico de desenvolvimento no 16º Congresso Nacional do PCCh em 2003. O Presidente Hu Jintao declarou o objetivo de construir a Civilização Ecológica no 17º Congresso Nacional do PCCh, em 2007. Tornou-se então no pensamento orientador para o desenvolvimento económico e social da RPCh, entendido como um desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, entre o homem e a natureza, e entre diferentes gerações...

O conceito de “construção da civilização ecológica” foi adicionado aos estatutos durante o 18º Congresso do PCCh em 2012, por iniciativa do Presidente Xi Jinping. Em 2013, o Presidente Xi afirmou: “Nunca mais procuraremos o crescimento económico à custa do ambiente”.

No 13.º Plano Quinquenal (2016-2020) o Desenvolvimento Ecológico tornou-se um dos cinco princípios de desenvolvimento após o Comité Central e o Conselho de Estado terem publicado as orientações para acelerar a construção da civilização ecológica.

A província de Fujian foi escolhida como zona piloto de demonstração da civilização ecológica a nível de província, com outros projetos-piloto na província de Jiangxi, província de Yunnan, província de Quinchai, província de Guizhou, Região Autónoma de Xinjiang... Nesta região, assolada anteriormente pelo terrorismo manipulador do Islão, aquele novo paradigma contribui decisivamente para o isolar e erradicar, reconhecem-no 65 países, incluindo os muçulmanos, em carta dirigida à Comissão de Direitos Humanos da ONU. A ecocivilização é uma nova etapa do desenvolvimento da civilização humana, segundo a filosofia política da RPCh.

países (em 2004), e se desenvolveria depois, no período da globalização financeira, com o projeto da Nova Rota da Seda.¹

A Reforma e Abertura, sob a liderança de Deng Xiaoping, pôs fim ao período de desordem da Revolução Cultural (1966-1976), estabelecendo três grandes objetivos estratégicos para a construção do socialismo com características chinesas, em longas etapas: “...alcançar a reunificação nacional, salvaguardar a paz mundial, promover o desenvolvimento comum.” O primeiro centenário do PCCh (1921-2021) almejava criar uma sociedade moderadamente desenvolvida e erradicar a pobreza. E fê-lo. O PCCh cresceu para 92 milhões de militantes e outros 78 milhões na Juventude Comunista.

Abriu-se o caminho para uma nova era, de globalização multipolar e não hegemónica, anunciada pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul), e depois com os acordos de comércio e cooperação gerados pela dinâmica da Nova Rota da Seda: O Fórum China-Africa Cooperation – FOCAC. A Rota Ferroviária da Eurásia e o Acordo sobre o Investimento UE-China. A Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP) com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Quarto momento histórico – O desenvolvimento da teoria e da prática do “socialismo com características chinesas”, em alternativa ao pensamento único e dogmático, proveniente quer da esquerda socialista, quer da direita liberal, que prescreviam a imposição de um modelo único de sociedade e o fim da história: a democracia liberal ou o socialismo soviético! Aquele conceito filosófico traz em si próprio: uma dupla mensagem de liberdade e progresso:

– Primeira mensagem – cada nação deve poder escolher o seu próprio caminho para a demo-

cracia e o socialismo, mas esse caminho não é o da procura da hegemonia, que conduziu e hoje continua a levar as potências modernas para a guerra e o mundo para a crise ambiental.



As potências ocidentais não foram, nem podiam ser, as promotoras dos conteúdos políticos vertidos no Preâmbulo e nos 30 artigos da DUDH.



– Segunda mensagem – O “socialismo com características chinesas” evoluiu para o socialismo ecológico e, sobre esta base, transformou-se no maior contributo da grande nação chinesa para o futuro comum da humanidade, que abre o caminho a uma nova etapa da civilização humana, a Ecocivilização.²

No 18º Congresso (2012), ocorreu um fato histórico na evolução doutrinária dos partidos comunistas, que, a Ocidente, permanece praticamente desconhecido: os estatutos e programa do PCCh foram renovados para acolher, ao lado das contribuições dos ideólogos socialistas, os princípios da filosofia e da ética ambientais, sob proposta do novo líder Xi Jinping, desenvolvidos nos congressos seguintes, envolvendo a Assembleia Nacional Popular e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Quinto momento histórico – A erradicação da pobreza extrema em 2020, realizou o sonho mais generoso de todas as comunidades humanas, que a história já conheceu.

A linha abaixo da qual é definido o estado de pobreza, usada pelo Banco Mundial. é de US \$ 1,90 por dia. Mas a China exigiu a si mesma um limiar acima de US \$ 2,30. Acresce que, enquanto o padrão internacional da UNESCO, e dos países em geral, resume a libertação da pobreza à subida do rendimento, a China acrescentou-lhe as Duas Garantias e os Três Direitos (Garantias de alimentação e roupas adequadas e direitos de acesso à educação obrigatória, serviços médicos básicos e casa em bom estado).

O FMI e o Banco Mundial afirmam que, desde 2011, a China ultrapassou os EUA em poder de compra comparado, PPP [paridade de poder de compra], sem o contributo do PIB da China o mundo já teria entrado em recessão em 2016.³ Sexto momento histórico – A China, face ao emergir da pandemia do COVID-19, assumiu perante o mundo a responsabilidade de proteger a vida dos seus cidadãos e da humanidade, ao custo de gigantescas perdas económicas e do esforço nacional do seu povo, desenvolveu uma política de informação aberta e acesso universal à informação científica sobre a pandemia, condição essencial para a produção dos primeiros medicamentos e vacinas, de solidariedade internacional que chegou a todos os países, sem distinção de ideologia e regime político, mas também sem imposições ou contrapartidas, sob orientação do seu governo e em apoio da Organização Mundial de Saúde. ■

CHINA 1949-2019

1949	2019
A população que era de 542 milhões...	... cresceu para 1376 milhões de cidadãos.
A esperança média de vida passou de 36,5 anos...	... para 76,34 anos.
O rendimento per capita elevou-se de 51 USD...	... para 7.939 USD (10.500 em 2020).
As “foreing-exchange reserves”, anteriormente inexistentes...	... elevaram-se até 3,2 “trilhões” de dólares, as maiores do mundo.
O número de estudantes no ensino superior passou de 112.000...	... para 86.563.000 cada ano letivo. E incluiu 400.000 estudantes de outros países. E 801.000 a estudar no estrangeiro.
O analfabetismo, que atingia 80% da população...	... caiu para um valor inferior a 4%. E o ensino obrigatório de 9 anos apresenta uma taxa de cobertura de 99,7%.
A mortalidade infantil caiu de 150...	... para 8/1000 nascimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas

¹ 1) Respeito mútuo da soberania e integridade nacional. 2) Não-agressão. 3) Não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro. 4) Igualdade e benefícios recíprocos e 5) Coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

² Consultar o livro de António dos Santos Queirós, *Understanding the Chinese Way into a New Era, Ecological Socialism and Eco civilization*. Editor: Qiuyang Li, Tianjin Normal University, Universidad de León, 2021.

³ Citado de Stephen S. Roach. U. Yale, expresidente da Morgan Stanley Asia. Consultar <https://www.blogger.com/u/1/blog/post/edit/5970258325711189286/3143718710110369450>